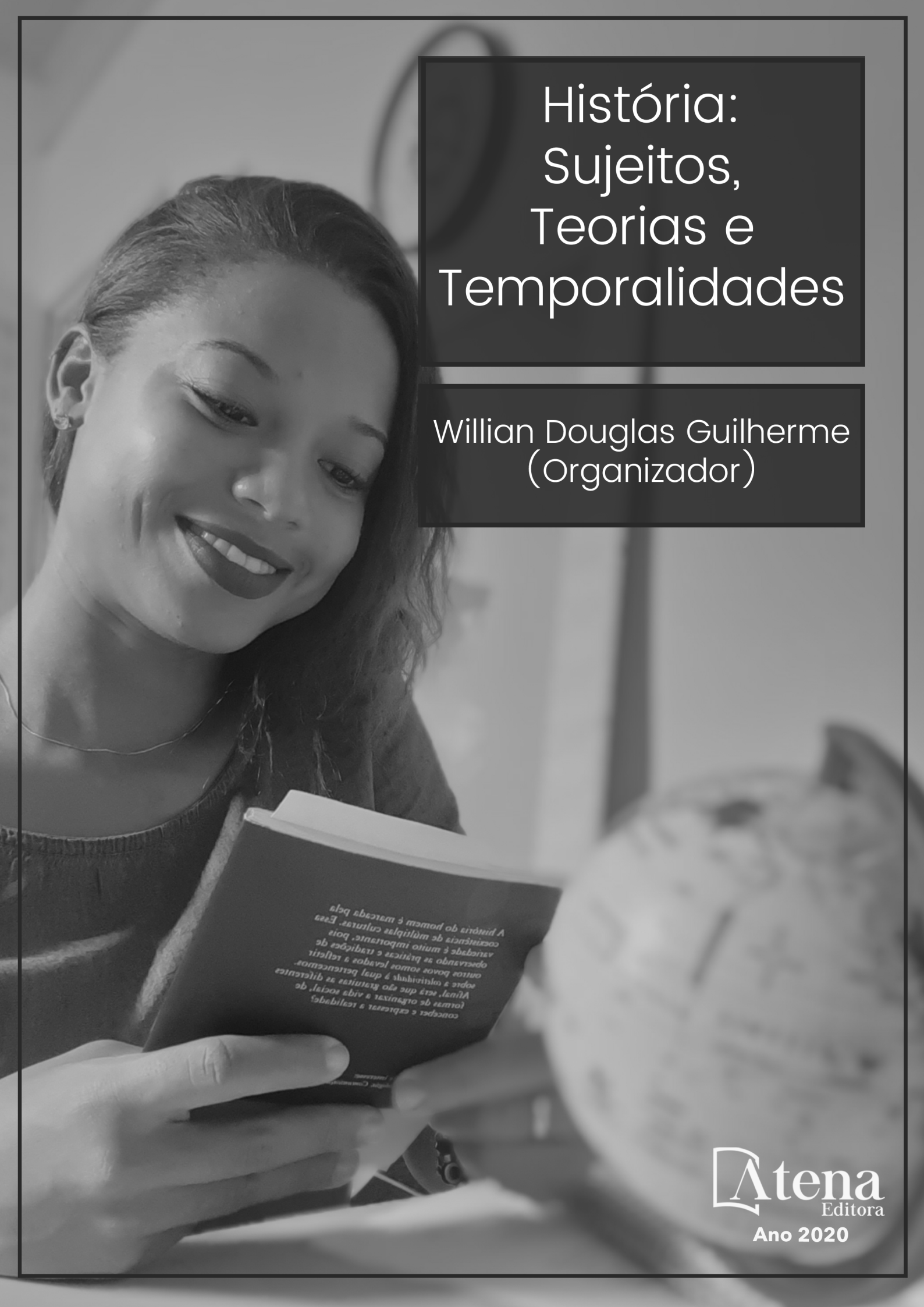


História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020



História: Sujeitos, Teorias e Temporalidades

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

**Atena**
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Camila Alves de Cremo

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Prof^a Dr^a Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^a Dr^a Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
 Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
 Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
 Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
 Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
 Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
 Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
 Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
 Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
 Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
 Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
H673	<p>História [recurso eletrônico] : sujeitos, teorias e temporalidades / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-154-1 DOI 10.22533/at.ed.541200107</p> <p>1. História – Pesquisa – Brasil. 2. Historiografia. I. Guilherme, Willian Douglas.</p> <p style="text-align: right;">CDD 907.2</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “História Sujeitos, Teorias e Temporalidades”, foram reunidos quinze artigos que fazem um debate historiográfico em torno dos sujeitos, teorias e temporalidades. Os artigos foram dispostos em cinco grupos.

No grupo um, são três artigos. O primeiro, trazendo um novo olhar sobre a colonização da então capitania de Minas Gerais no século XVIII. O segundo, discute a Lei de Terras em 1850, transitando entre as famílias ricas e pobres. O terceiro, fala sobre o movimento integracionista europeu a partir da segunda metade do século XX.

No grupo dois, os artigos discutem o sofrimento em Nietzsche, o sujeito moderno em Voltaire e o papel da memória como fonte para a história.

No terceiro grupo, são quatro artigos. O primeiro apresenta a investigação baseada na obra de Gustavo Barroso e propõe um estudo dos termos patriotismo e nacionalismo. O segundo texto traz uma reflexão sobre educação patrimonial tendo como su eito, inusitadamente, o Exército Brasileiro. O terceiro, ressalta a atuação do ex-Senador Eduardo Suplicy com referência aos temas cidadania e Programa de Garantia de Renda Mínima. Por fim, são trazidas as influências sofridas por Sérgio Buarque de Holanda em parte de suas obras.

Para o quarto grupo iniciamos com um estudo baseado nos diários de campo de Frederick Starr em suas viagens comerciais ao Congo nos anos de 1905 e 1906. Seguimos com um interessante estudo que entrelaça religiosidade e Marco (Colonial) de Touros, de 1501, localizado no Rio Grande do Norte. Fechando este grupo, um estudo de caso realizado entre os anos de 2012 e 2014, na cidade Cachoeira da Serra/PA, demonstrando o avanço da “contra-reforma-agrária” sobre a Amazônia.

O quinto grupo fechamos com dois artigos. Iniciando com um texto provocante sobre os lugares de sociabilidade em Recife na segunda metade do século XIX. E fechando o quinto grupo e a obra, é apresentada a Companhia Têxtil Brasil Industrial, então localizada na cidade de Paracambi/RJ e sua importância para a história da cidade e do Brasil.

Desejo boa leitura a todos!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A FACE OCULTA DA COLONIZAÇÃO: MEDIDAS DE CONTENÇÃO À MISCIGENAÇÃO NA CAPITANIA DE MINAS GERAIS (1719-1732)	
Hilton César de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001071	
CAPÍTULO 2	12
A LEI DE TERRAS DE 1850 NO CENTRO DA DISCUSSÃO: UM ELO COERCITIVO SOBRE AS FAMÍLIAS LIVRES E POBRES	
Leandro Neves Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001072	
CAPÍTULO 3	23
A INTEGRAÇÃO EM DISPUTA: MOVIMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVAS SOBRE O PROCESSO INTEGRACIONISTA EUROPEU	
Daniel Wanderley Caliman	
DOI 10.22533/at.ed.5412001073	
CAPÍTULO 4	35
O PROBLEMA DO SOFRIMENTO EM NIETZSCHE	
Gabriela Ferraz Costa	
DOI 10.22533/at.ed.5412001074	
CAPÍTULO 5	49
O SUJEITO MODERNO EM VOLTAIRE	
Dagmar Manieri	
Elias Rocha Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.5412001075	
CAPÍTULO 6	58
TEMPO, MEMÓRIA E ESQUECIMENTO: REFLEXÕES SOBRE AIMÉ BOMPLAND	
Alessandra da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5412001076	
CAPÍTULO 7	64
PERSONIFICAR A NAÇÃO – NARRATIVA HISTÓRICA E ESCRITA BIOGRÁFICA EM GUSTAVO BARROSO	
Erika Morais Cerqueira	
DOI 10.22533/at.ed.5412001077	
CAPÍTULO 8	74
REFLEXÕES SOBRE OS LUGARES DE MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: AS INICIATIVAS DO EXÉRCITO BRASILEIRO	
Ivan de Freitas Vasconcelos Junior	
DOI 10.22533/at.ed.5412001078	

CAPÍTULO 9	86
A CIDADANIA E O PROGRAMA DE GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: AS IDEIAS DO SENADOR INTELECTUAL EDUARDO SUPLICY (1990-2006)	
Glauber Eduardo Ribeiro Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.5412001079	
CAPÍTULO 10	96
SÉRGIO BUARQUE DE HOLANDA: ENTRE O HISTORICISMO ALEMÃO E OS ANNALES	
André Augusto Abreu Villela	
DOI 10.22533/at.ed.54120010710	
CAPÍTULO 11	113
COMÉRCIO, CONHECIMENTO E CULTURA: AS SOCIEDADES CENTRO-AFRICANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX A PARTIR DOS TESTEMUNHOS DE FREDERICK STARR	
Paulo Roberto Firmino Marques	
DOI 10.22533/at.ed.54120010711	
CAPÍTULO 12	126
O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR	
José Willians Simplício da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.54120010712	
CAPÍTULO 13	141
TERRITORIALIDADE, IDENTIDADE E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NO SUDOESTE PARAENSE	
Karina Andréa Tarca	
DOI 10.22533/at.ed.54120010713	
CAPÍTULO 14	154
RESTAURANTES E CAFÉS: OS LUGARES DE SOCIABILIDADES E GASTRONOMIA NO RECIFE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	
Eliza Brito Santos	
DOI 10.22533/at.ed.54120010714	
CAPÍTULO 15	167
UMA PROPOSTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DA <i>COMPANHIA TÊXTIL BRASIL INDUSTRIAL</i> EM PARACAMBI - RJ	
Angelissa Tatyane de Azevedo Silva	
Davi Pereira Romeiro Neto	
DOI 10.22533/at.ed.54120010715	
SOBRE O ORGANIZADOR	184
ÍNDICE REMISSIVO	185

O MARCO DE TOUROS: UM SÍMBOLO DA RELIGIOSIDADE POPULAR

Data de aceite: 01/06/2020

José Willians Simplício da Silva

Instituto Federal de Roraima - IFRR

Rorainópolis-RR

<http://lattes.cnpq.br/8031696901777491>

RESUMO: O presente artigo visa discutir algumas nuances acerca do Marco de Touros como símbolo da religiosidade popular. Chantado no ano de 1501, por ocasião das “Grandes Navegações”, numa região que compreende atualmente o litoral norte do Rio Grande Norte, o marco de posse portuguesa, conhecido na história do Brasil como “Marco de Touros”, configurou-se num símbolo sagrado da religiosidade popular para as pessoas que viviam em seu entorno, as quais o cultuavam com o nome de “Santo Cruzeiro dos Marcos”. Enfatiza, ainda, a forma como o IPHAN-RN apropriou-se dos cultos religiosos exteriorizados ao marco colonial português mais antigo do Brasil, para produzir narrativas que, em tese, teriam sido responsáveis por afastar o marco de seus devotos, quais sejam, narrativas que, basicamente, dão conta do marco apenas como patrimônio histórico da cultura material, inviabilizando o legado cultural religioso que ele

representava para as pessoas devotas.

PALAVRAS-CHAVE: Padrão de Posse; Símbolo Religioso; Patrimônio Histórico Material.

TOUROS MILESTONE: A SYMBOL OF THE POPULAR RELIGIOSITY

ABSTRACT: This paper aims to discuss some nuances about the *Marco de Touros* as a symbol of popular religiosity. The Portuguese mark of possession known in Brazilian History as the “*Marco de Touros*” was planted in the year 1501, on the occasion of the “Great Sailings”, in a region that presently is the north littoral of Rio Grande do Norte. It turned to be a sacred symbol of popular religiosity to the people who lived around it, which used to worship the mark with the name of “*Santo Cruzeiro dos Marcos*”. This paper also emphasizes the way that IPHAN-RN have arrogated the religious cults made to the most antique Portuguese colonial mark in Brazil, in order to create narratives that, theoretically, would have been responsible for withdrawing the mark from its devotees. These narratives understand the mark only as a historical patrimony of material culture, thus restraining the cultural religious legacy that it represented to the devoted people.

KEYWORDS: Mark of Possession; Religious

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objeto de análise o Marco de Touros, sob a perspectiva da História Cultural. O Marco de Touros, como ficou conhecido na História política do Brasil, especialmente do Rio Grande do Norte, foi chantado em 1501 para legitimar a posse das terras *recém-descobertas* no decurso das Grandes Navegações portuguesas de expansão marítima pelo oceano Atlântico no século XVI. Nesse contexto, o intuito da discussão é abordar o Marco de Touros sob a ótica da religiosidade popular, pois ele se configurou em um símbolo *sagrado* de devoção pelos moradores da praia dos Marcos e vizinhanças.

Segundo consta nas oralidades dos mais antigos moradores, a ocorrência de adotar o Marco como referência religiosa, ou seja, prestando variados tipos de homenagens, como celebrações, novenas, ex-votos, romarias, fitas-votivas, promessas, procissões, edificação de capelas e nomeando-o *Santo Cruzeiro dos Marcos*, deu-se após a passagem de missionários naquela região praieira.

Assim, o Marco, que os intelectuais brasileiros (especialmente os potiguares) consideram um *patrimônio histórico* de valor inestimável e que, como diriam Morais e Petrovich (2007), representava para os portugueses a autenticidade *jurídica* sobre as terras *recém-descobertas*, transformou-se para os moradores daquela espacialidade em um objeto simbólico da chamada religiosidade popular, uma vez que os populares remetem ao Marco valores religiosos e o têm como objeto sagrado capaz de atender às suas necessidades físicas e espirituais. Fato ocorrido até o ano de 1976, em virtude da retirada forçada do Marco de Touros para Natal-RN, isto é, para *Fortaleza dos Reis Magos*, pelo presidente do IPHAN-RN que condenava, veementemente tais práticas religiosas.

Ao longo das nossas pesquisas, observamos que essa ocorrência interferiu profundamente na vida da cultura religiosa das pessoas que construíram histórica e culturalmente, durante muito tempo, o Marco de Touros como símbolo sagrado de devoção, tendo em vista que a retirada do referido objeto levou ao fim do culto religioso, uma vez que os populares perderam uma das mais expressivas referências religiosas da comunidade.

Essa ocorrência é um fato que motiva aprofundar e conhecer parte da historicidade dos sujeitos envolvidos no culto religioso ao Marco de Touros, visto que nos estudos de parte da intelectualidade – acadêmicos, memorialistas, literatos – a respeito do tema, os devotos do Marco de Touros aparecem sempre como sendo os *agressores* do patrimônio histórico, isto é, do Marco de Touros. Atribui-se inclusive aos populares papel preponderante para a sua perda.

Nesse sentido, a partir dessa discussão, pretendemos olhar para o Marco de Touros

com uma visão plural, em vez de vê-lo *apenas* como *patrimônio histórico*, ou como símbolo do poder político administrativo que fez dele a posse da Metrópole portuguesa nas terras que vieram a se chamar Brasil. Pretendemos, sobretudo, verificar os significados do Marco de Touros para os diversos seguimentos sociais, especialmente para os devotos.

Com isso, pretende-se ainda examinar as manifestações culturais religiosas que eram feitas pelos devotos das comunidades próximas de onde o Marco foi fixado. Isso é importante para compreender as *representações* do povo sobre o Marco como um objeto sacro. Essa visão proporciona ao leitor um conhecimento histórico importante sobre as dimensões de poder que envolvem o âmbito religioso de uma história que sempre foi consumida e reproduzida como verdade absoluta e imutável.

Parte das reflexões aqui desenvolvidas ancorou-se em bibliografias históricas e memorialistas locais que abordam a história do Marco de Touros e no referencial teórico histórico dos livros de Patricia Seed (1999) e Mircea Eliade (1992). Além do embasamento teórico, metodologicamente foi realizada análise documental que envolveu pesquisa na Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes, em Touros-RN; Pousada Arraial do Marco, na Praia dos Marcos, em São Miguel do Gostoso/RN; no IHG em Natal/RN e no IPHAN em Natal/RN; por último, apropriando-se da História Oral, foram realizadas entrevistas do tipo semi-estruturadas com as pessoas que vivenciaram o culto religioso ao Marco de Touros nas comunidades de Cauã, Praia dos Marcos, Morros dos Martins e Morros dos Paulos.

O texto organiza-se em três seções, além desta apresentação. Na primeira seção é traçada uma abordagem de como os portugueses faziam suas cerimônias de posse nas terras *recém-descobertas*, por ocasião das *Grandes Navegações*, utilizando-se de marcos de pedras e de métodos científicos de localização geográfica, como os graus de latitudes. Enfatiza-se também a Praia dos Marcos como *Porto Seguro*, escolhido pelos lusitanos para chantarem o Marco de pedra que legitimaria a soberania portuguesa de forma material nas terras de *Vera Cruz*. A segunda seção aborda como as pessoas transformaram o símbolo português de posse *profano* em um símbolo *sagrado*, como também as diversas formas de devoção exteriorizadas em homenagem ao Marco. Por fim a terceira e última seção dedica-se a analisar a política do IPHAN-RN em relação ao Marco de Touros, que, na visão do presidente Oswaldo Câmara de Souza, o sugere como *Patrimônio Histórico*. Também serão abordados os argumentos que esse intelectual destacou para conduzir o processo de retirada do Marco de Touros da comunidade.

2 | CERIMÔNIAS DE POSSE NA CULTURA PORTUGUESA NO NOVO MUNDO

De acordo com as narrativas históricas, as grandes *descobertas* portuguesas na navegação foram conduzidas, dentre outros fatores, graças ao empenho de dom Henrique, que ficou conhecido como *O Navegante*, tendo em vista que ele foi o patrono da aventura

metódica e científica, com a criação da *Escola de Sagres*. Para Sagres, o monarca português atraiu cosmógrafos, matemáticos, astrônomos, geógrafos, armadores, pilotos e outros profissionais para realizarem, na escola, os avanços tecnológicos em engenharia naval que possibilitaram aos portugueses navegar pelo Atlântico até o chamado *Novo Mundo*.

Nesse sentido, é sabido que, ao chegarem ao litoral da Bahia, em 1500, no espaço que *a posteriori* viria a se chamar Brasil, os portugueses – na pessoa do mestre João, chefe dos pilotos das embarcações, físico, astrólogo e astrônomo –, desembarcando na costa, fizeram a cerimônia de posse diferentemente de outros povos, à medição da altura do sol, de modo que a armada pudesse saber a latitude em que se encontravam. À noite, mestre João continuou a cerimônia, fazendo a observação das estrelas do Hemisfério Sul, que batizou de *Cruzeiro do Sul*.

Assim, os portugueses não fizeram discursos solenes, nem procissão, nem edificaram casas, nem pegaram retalhos de terras, como outras nações europeias faziam – quais sejam, ingleses, espanhóis, franceses e holandeses –, mas descreveram os céus sobre suas cabeças. Para eles, a palavra *descoberta*, por si só, já lhes dava o direito às terras encontradas e estava associada às observações astronômicas. Entretanto, em algumas ocasiões, eles chantavam nessas terras os pilares feitos de pedras, ou seja, marcos de mármore, como sinal da reivindicação política da posse de uma terra supostamente *descoberta*. Com isso, os padrões feitos de pedras tinham a finalidade de sancionar materialmente a posse dessas *novas terras*.

Para compreender como a ciência era importante na vida marítima dos portugueses, na semana de “Vera Cruz”, primeiro nome dado *ao Brasil*, Pedro Álvares Cabral, além dos relatos escritos a D. Manoel I pelo escrivão Pero Vaz de Caminha, transmitindo a boa nova, enviou também outro relato, escrito por Mestre João, que relatava justamente as observações astronômicas da localização geográfica, com base nos céus, por meio do posicionamento do sol e das estrelas. Cabral, como chefe principal da expedição, entrega a Gaspar de Lemos, capitão da embarcação de mantimentos, a incumbência de levar a Portugal a boa nova da descoberta do *Novo Mundo*.

O fato de os portugueses terem, basicamente, feito o ritual de cerimônia de posse do *novo mundo* através do céu e das estrelas, deu-se porque, assim, eles conseguiam medir com precisão a direção em que seus navegadores deveriam seguir quando chegassem aos portos do Atlântico Sul. Logo, os portugueses estavam descrevendo os lugares que haviam atingido, balizados nas descrições celestes, fixando novas localizações pelo emprego de números, ou seja, em graus de Latitude. Foi justamente isso que Mestre João fez na costa do Brasil em 1500, descrevendo que eles tinham chegado a um *Novo Mundo* a 17° graus.

O processo de latitude tornou-se a principal técnica observada pelos portugueses quando encontravam territórios e povos anteriormente desconhecidos. Assim, o

conhecimento científico garantiria supostamente a posse das terras *recém-descobertas*, porém, para outras nações, como França e Inglaterra, só isso não bastava. Daí a importância do uso de marcos de pedras. Nesse sentido, as diferenças culturais aparecem entre as nações da Europa, quanto à forma de posse, bem como em relação ao seu significado e contato com as populações *autóctones*.

De acordo com Patrícia Seed (1999), personalidades como os comandantes e intelectuais que estavam nas embarcações foram as que criaram pessoalmente autoridade para seus respectivos governantes. O intuito da missão tinha como objetivo principal garantir a posse política dos territórios, povos e bens, por meio das cerimônias de posse, e, com sentido eurocêntrico, impor suas culturas aos povos do Novo Mundo.

Os portugueses, a princípio, secundarizavam as outras formas de garantir a posse das terras novas que não fossem com os números. Como a técnica dos números ficou disseminada entre os navegadores e comerciantes, estes passaram a se valer dos instrumentos de medições, como o astrolábio e a balestrilha. Muitas cerimônias de posse dos portugueses eram feitas sem a tradição cristã, mas a autoridade colonial portuguesa se fazia através da ciência, devido ao pioneirismo de Portugal na astronomia marítima. Sendo assim, constata-se que muitos dos legados científicos e tecnológicos de que dispomos hoje, especialmente na navegação, devem-se aos esforços de Portugal durante o processo de expansão marítima.

Dessa forma, percebe-se que, para os portugueses, essa era a forma mais autêntica de estabelecer o direito de seu país governar o *Novo Mundo*. Entretanto, esses atos cerimoniais podem não ter sido homogêneos, visto que cada sociedade europeia tinha seus ritos cerimoniais e atos simbólicos de tomada de posse das terras de além-mar. Então, como a língua e também a vida cultural são elementos particulares, ou seja, seus termos de linguagens e manifestações culturais são distintos, variando de lugar para lugar, de país para país, os portugueses se valeram dos padrões de pedra para instaurar autoridade de forma material dos lugares por eles descobertos. Assim, as nações que porventura navegassem nesses espaços saberiam que ali, naquele local, em tese, tinha *dono*.

Essa perspectiva observada por Patriota (2000) se aproxima da análise feita por Luís da Câmara Cascudo, para quem Cabral, antes de ter chegado ao litoral baiano (em Porto Seguro, correspondente ao 17º), provavelmente tenha sido conduzido pela corrente marítima *Gulf-Stream*, a qual se biparte em direção ao sul do continente africano, com um braço no sentido Oceano Índico e outro rumo à costa ocidental da África, no sentido sul-norte, até o golfo da Guiné, bem como às regiões equatoriais, onde muda de direção, atravessando o Atlântico e indo diretamente para o cabo de São Roque, no *Rio Grande do Norte* (5º Latitude Sul).

O Marco de Touros, como ficou conhecido na história potiguar, está inserido no contexto político da expansão colonial e comercial de Portugal. Este parâmetro estilístico,

cujo material é feito de mármore português, da região de Lisboa, mede 1,28m de altura, 20cm de espessura e 30cm de largura; não contém inscrição alguma nem data, mas em uma de suas faces superiores está esculpida a Cruz de Copta da Ordem dos Cavaleiros Templários de Cristo e, logo abaixo, percebe-se a representação das armas de D. Manoel.

O Marco de posse foi trazido ao Brasil pelos portugueses no ano de 1501, na expedição chefiada pelo capitão-mor André Gonçalves, sendo que a bordo das embarcações estavam também experientes navegadores, como Gaspar de Lemos e o cosmógrafo Américo Vespúcio, ambos tripulantes da expedição de Cabral para as Índias no ano anterior.

De acordo com a epístola *Mundus Novus* (1502) e a Carta de Lisboa (1501), ambas correspondências enviadas a Lorenzo di Pier Francesco de Médici, a expedição manuelina de 1501, promovida para legitimar a posse das terras de *Vera Cruz* aos portugueses e afastar os rivais da região, era formada por uma pequena frota naval de apenas três embarcações, que conseguiram chegar depois de uma viagem de 64 dias à costa do atual Estado do Rio Grande do Norte.

A cerimônia de posse *jurídica* do *Rio Grande do Norte* e do *Brasil* aconteceu no litoral de Touros no dia 07 de agosto de 1501, com o chantamento do Marco Colonial mais antigo das Américas. É oportuno frisar que o local de fixação do padrão colonial, devido às emancipações políticas de outros municípios, constitui-se como área limítrofe das cidades de São Miguel do Gostoso e Pedra Grande.

Como parte da *nova* cerimônia de posse do *Brasil*, realizada no lugarejo que posteriormente foi chamado de praia dos Marcos, os portugueses, agora na pessoa de Américo Vespúcio, mediram a Latitude do local, que correspondia ao 5° de Latitude Sul e, para dar maior consistência e garantir o reconhecimento internacional da autoridade de Portugal sobre as terras *recém-descobertas*, chantaram o padrão de pedra - Marco de Touros. Essa providência foi necessária, visto que o termo *descoberta*, a cruz de madeira, as missas cantadas no litoral da Bahia, bem como o Tratado de Tordesilhas, não eram suficientes para que outras nações considerassem a soberania de Portugal sobre o *Novo Mundo*.

A prática de usar marcos de pedras para garantir a posse das terras conquistadas para os portugueses vinha de uma herança romana, da política de expansão territorial promovida pelo Império Romano para legitimar o poder do Imperador. Obviamente, para os portugueses, o conhecimento científico (cartografia) era superior à prática de legitimação de territórios feita com pilares de pedras. Partindo desse pressuposto, constata-se que, para a coroa portuguesa, essa prática tinha sentido político de expansão de território, e não religioso. Assim, para Portugal, o marco de posse não era sagrado.

O pioneiro a fazer uso dessas colunas de pedra fora da Europa como cerimônia de posse foi o navegador Diogo Cão, em 1483, no rio Zaire, na África, dando início ao costume, em substituição às cruzes de madeira que eram utilizadas em pontos de aguadas. Além do Marco plantado na costa de Touros, outros dois posteriormente foram chantados pela

mesma expedição no Brasil, sendo o segundo no litoral da Bahia e o terceiro na costa paulista, na praia da Cananeia – este último pode ser visto no Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Rio de Janeiro. Logo, o Marco de Touros é o mais antigo de todos os chantados no país.

Na carta acima citada – conhecida como “LETTERA” e enviada para Pier Soderine, homem rico de Florença, na Itália –, Américo Vespúcio informava que, na latitude 5º equacional sul, os portugueses haviam aportado numa praia e lá tinham tomado posse do país em nome do sereníssimo rei de Portugal e tinham chantado, de acordo com o costume, um Marco para autenticar, de forma material, a posse *jurídica* das terras *descobertas*. Seguindo a descrição geográfica de Vespúcio, o historiador pernambucano José de Vasconcelos, no final do século XIX, em sua obra *Datas Célebres e Fatos Notáveis da História do Brasil* (1890), revelou para o mundo acadêmico a existência do monumento histórico.

Esse historiador constatou *in locus* a existência do Marco de Touros no ano de 1875 e observou que este padrão colonial era na verdade um marco de posse, visivelmente igual ao colocado no litoral de São Paulo pela expedição de 1501. Junto à pedra principal foram fixadas duas outras pedras menores, por nome de *Testemunhas* ou *Tenentes*. Por isso o nome da praia é escrito no plural (praia dos Marcos) e ela é conhecida como o nosso *Porto Seguro*.

Ao ser chantado, o Marco de Touros comprova, ainda, o início do intervalo temporal em que o país passou a servir como colônia de exploração para Portugal, subsidiando e dando suporte à política econômica da sociedade portuguesa anos mais tarde. Faz-se necessário considerar que o Marco de Touros não ficou restrito ao plano político, uma vez que a ele foram atribuídos também contornos religiosos e de monumento da cultura material.

3 | MARCO DE TOUROS COMO SÍMBOLO RELIGIOSO DE DEVOÇÃO POPULAR

Ao longo do adensamento das nossas discussões, registramos que o Marco de Touros foi uma das formas utilizadas pelos portugueses no sentido de garantir a posse política de Portugal sobre as terras *recém-descobertas*. Contudo, ao longo dos tempos as pessoas adotaram esse mesmo Marco como um símbolo religioso de devoção popular.

As impressões registradas em conversas com os populares demonstram que o Marco de Touros era considerado *divino*, isto é, algo trazido pela providência de Deus, que utilizou da sabedoria dos portugueses para mandar o Marco de Touros para comunidade.

Nesse contexto, as pessoas começaram a externar ritos religiosos variados em homenagem ao Marco de Touros. Para elas, tais manifestações foram experiências religiosas importantes para a manutenção da fé no Marco, agora sacro. Dessa forma, o sagrado pode se manifestar, como enfatiza Mircea Eliade (1992, p. 18), em um objeto

qualquer, como uma pedra. Assim, o natural pode passar a ser, na mentalidade das pessoas, o sobrenatural. Enquanto que, na cerimônia portuguesa de posse do Brasil, o Marco era considerado um padrão de posse *jurídica* das terras *recém-descobertas*, esse mesmo marco passa a ter outro tipo de manifestação, ou seja, ele representa agora um sentido religioso, ou melhor, ele passa a estar no plano do *divino* para os devotos.

As homenagens ao Marco de Touros eram feitas periodicamente, pois a cada ano era realizada uma festa para ele, no dia 03 de novembro, promovida por algum morador que houvesse recebido uma graça do Marco.

As pessoas procuravam o Marco de Touros para curar suas doenças, como, por exemplo, dor de cabeça, feridas, dor no seio, dor nas pernas, dor no corpo, dentre outros problemas. Entre tantos relatos que ouvimos das pessoas sobre o *Marco*, observamos que era frequente, nos fragmentos da fala dos devotos, a atribuição de milagres operados pelo *Marco de Touros*, ou *Santo Cruzeiro dos Marcos*, como diriam os devotos, por meio de promessas feitas.

Segundo informações dos devotos do Marco de Touros, os rituais do sagrado se estenderam até a década de 1970. As manifestações religiosas ao Marco contemplavam: rezas do terço, romarias, promessas, ex-votos, novenas e fitas votivas. Tais práticas religiosas podem ser percebidas como questões de representações coletivas sobre o poder sobrenatural operado pelo Marco. Ademais, são vivências e representações constituintes da cultura, fornecendo importantes referências nas relações de sociabilidade da praia dos Marcos.

Nesse aspecto, Mircea Eliade (1992) acrescenta que os símbolos fazem parte da vida das pessoas; eles parecem ser algo inerente aos assuntos ligados à religiosidade. Isso significa dizer que a vida humana está repleta de símbolos e dos seus respectivos significados. Assim, o simbolismo criado em torno do Marco de Touros parecia sustentar as pessoas da praia dos Marcos e demais comunidades na espiritualidade. Pelo exposto, dado por alguns estudiosos, é possível inferir que os símbolos parecem ser uma necessidade humana, que é saciada quando acontece o encontro desses símbolos com os devotos.

Ao enfatizar o Marco de Touros como referencial religioso, podemos aproximá-lo dos santos canonizados, posto que a devoção ao Marco de Touros rendia gestos e significados tradicionalmente atribuídos ao culto dos santos da Santa Sé. Obviamente, as referências para os devotos daquelas espacialidades podiam estar em outra ordem.

As raízes históricas sobre a construção simbólica do Marco de Touros, ou seja, a respeito do poder sobrenatural com base no referencial teórico, nas oralidades dos devotos e no Livro Tombo da Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes em Touros/RN, apontam que tal manifestação iniciou depois que missionários passaram no local em que a pedra colonial foi encontrada. Ao observar que na pedra estava esculpida a Cruz da Ordem dos Cavaleiros Templários de Cristo, logo disseram às pessoas daquela espacialidade que a pedra era santa e que deveria ser cultuada como símbolo religioso.

Ao cultuar o Marco, a cristianização romana transformou-se em uma espécie de catolicismo popular. Isso porque o fato de fazer cultos ao Marco *profano* transforma a pedra em um *símbolo de devoção*, mesmo sem ele ser um santo da Igreja.

Pensando nisso, observa-se que essas representações estão ligadas às concepções metafísicas do homem. Nesse sentido, estamos em consonância com as premissas defendidas pelo estudioso José D'Assunção Barros (2005), para quem “as práticas e as representações são sempre resultado de determinadas motivações e necessidades sociais” (BARROS, 2005, p.11). Ou seja, as motivações foram justamente feitas pelos missionários que viram a necessidade das pessoas em ter algo sagrado para cultuar.

Embora o Marco não fosse um santo como considera a Igreja Católica, ele recebeu dos devotos a honra de ser colocado em um altar oficial de uma capela. Isso atesta que a ele foram dirigidas honrarias dignas de um santo romano. Dessa forma, poder-se-ia dizer que o Marco Colonial não foi canonizado pelas bênçãos papais, mas pelas bênçãos do povo que lhe cultuava como símbolo sagrado.

O culto ao Marco era feito especialmente numa capela própria, para ele construída. Esse lugar configurou-se como um espaço *sacralizado* pelos fiéis; o intuito era para que os devotos pudessem habitar e fazer suas manifestações religiosas, ou seja, a igreja era, para o fiel devoto, o eixo que marca o limiar entre o *sagrado* e o *profano* - ligação entre o céu *sobrenatural* e a terra *humana* (ELIADE, 1992, p. 64). Nesse sentido, a capela foi lugar eleito de experiências sagradas para as pessoas expressarem sua fé no Marco.

Essa perspectiva contraria as falas dos intelectuais que escreveram sobre o Marco de Touros, como Oswaldo de Câmara de Souza, Marcus César Morais, Enélio Petrovich, dentre outros, que afirmaram que o culto ao Marco nasceu fruto da ignorância, das superstições, do fanatismo e da insânia do povo da praia dos Marcos e comunidades vizinhas.

4 | A POLÍTICA DO IPAHN-RN, NA PESSOA DO SEU PRESIDENTE OSWALDO CÂMARA DE SOUZA, EM RELAÇÃO AO MARCO DE TOUROS

Ao ser descoberto pelos pesquisadores no final do século XIX, o Marco de Touros tornou-se um objeto de desejo desses acadêmicos. Desde então, buscaram de várias formas retirá-lo da praia dos Marcos.

A partir desse episódio, a história do Marco de Touros e de seus devotos passou a ser escrita por historiadores, memorialistas, literatos, dentre outros profissionais. No entanto, quase sempre esses sujeitos eram membros da cultura intelectual dominante ou escreviam para tal classe. Ao discorrerem sobre o Marco de Touros, não se levou em consideração o contexto da cultura dos povos envolvidos onde o Marco estava inserido; ou seja, foi uma história construída de forma verticalizada, pois eles apresentaram em suas

obras aquilo que mais correspondia aos interesses dos próprios grupos que escreviam. Dessa forma, a partir de uma revisão historiográfica do texto do ex-presidente do IPHAN-RN, Oswaldo Câmara de Souza, intitulada *Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Rio Grande do Norte (1981)*, fica proposto verificar a visão desse intelectual em relação ao Marco de Touros e seus devotos.

Atuando como presidente do IPHAN, Oswaldo de Souza obteve o tombamento de vários objetos e monumentos históricos em nível nacional, entre eles o Marco de Touros. No livro sobre o *Patrimônio Histórico e Artístico do estado do Rio Grande do Norte*, convoca:

Os norte-rio-grandenses, não podem ficar indiferentes: seria até humilhante consentir no perecimento dos bens culturais do passado. O Rio Grande do Norte não é apenas um estado que produz sal, algodão e possui inesgotáveis jazidas de xilita. Porque ficarmos tão desvanecidos com a boniteza das nossas praias onde o forasteiro chega, chupa caju entre goles de “pinga”, e vai embora dizendo ter “conhecido” o Rio Grande do Norte? Os monumentos históricos e artísticos do Estado devem constituir, também, um atrativo para os que nos visitaram [...] (SOUZA *apud* CARDOSO, 2000, p. 600).

A citação acima demonstra que a proposta do Sr. Oswaldo de Souza era mostrar o Rio Grande do Norte pelo ângulo do *Patrimônio Histórico* e não tão somente pelas belezas naturais. Para tanto, na sua gestão junto ao IPHAN, ele garimpou objetos de estimado valor artístico e cultural, como, por exemplo, o Marco de Touros. Ao examinar o capítulo *O mais antigo marco colonial do Brasil*, da obra de Oswaldo de Souza, percebemos que esse estudioso mostra como ele conduziu o processo de retirada do Marco de Touros da praia dos Marcos em nome da suposta integridade física do monumento histórico.

Em visita ao Marco de Touros no ano de 1962, Oswaldo Câmara de Souza revelou que chegou à praia dos Marcos e encontrou o Marco Colonial de 1501, o qual as pessoas da comunidade chamavam de *Santo Cruzeiros dos Marcos*, dentro de uma capelinha, coberto por fitas votivas e com ex-votos aos pés. Oswaldo informa: “quando o examinamos, pela primeira vez, estava fincado numa base de alvenaria, à guisa de altar” (SOUZA, 1981, p. 19). Observamos, na fala de Souza, que, no primeiro contato com o Marco de Touros, esse estudioso, representando o IPHAN, percebeu que o Marco, para o povo local, estava na ordem do sagrado, ou seja, tinha um caráter religioso e não de monumento do *patrimônio histórico*.

Conforme Souza (1981), o Marco fixado na praia dos Marcos é idêntico ao encontrado na praia da Cananeia, no litoral de São Paulo. Aquele foi trasladado para o Instituto Histórico Brasileiro do Rio de Janeiro, no ano de 1866, pelo barão de Capanema. Esse fato era uma campanha dos Institutos para obterem em seus acervos peças de estimado valor histórico patrimonial, com a finalidade de produzir uma História nacional. Para confeccionar uma suposta história indenitária do Brasil, além dos escritos publicados nas revistas do IHGB, seus membros garimpavam pelo interior do país todos os vestígios que eles considerassem símbolos de importância para escrever a história do Brasil.

Segundo Souza (1981), em sessão ordinária do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 10 de outubro de 1890, o conselheiro Tristão Alencar Araripe anunciava “a existência de um Marco colocado junto ao Cabo de São Roque, no Rio Grande do Norte, e propunha que o Instituto se interessasse com o Ministro da Instrução Pública para a sua remoção até as coleções do velho sodalício” (SOUZA, 1981, p. 26). Essa citação mostra que o desejo de retirar o Marco de Touros – *Cruzeiro dos Marcos* – das pessoas era muito antigo; “A despeito, portanto, da função social desempenhada pelo IHGB, é necessário destacar que o grêmio carioca procurou trazer para a história do Brasil um rigor documental até então inusitado” (SCHWARCZ, 1993, p. 108).

A respeito das manifestações religiosas ao Marco de Touros, Oswaldo de Souza enfatiza: “o culto popular chegava às raias do fetichismo, havendo a crença absurda de que um chá, preparado com fragmentos da pedra, tinha poderes milagroso, trazendo alívio e cura às mazelas do corpo e do espírito. E o povo, no seu fanatismo, ia tirando lascas da pedra, para tais tisanas [...]”. (SOUZA, 1981, p.19). Nesse trecho, Souza denuncia aquilo que chama de depredação do *patrimônio histórico*, ignorando mais de quatro séculos e meio em que a comunidade, supostamente por motivos religiosos, resolveu resguardar a pedra colonial da ação do homem e do tempo.

Sobre a prática do chá santo, é importante destacar que nem o historiador José de Vasconcellos (1890), nem Luis da Câmara Cascudo (1928), fazem referência a esse fato, embora eles já citem que o povo havia adotado o Padrão Colonial de Posse como algo sagrado, *Cruzeiro dos Marcos*. Nesse sentido, de acordo com a oralidade dos devotos que vivenciaram os cultos religiosos ao *santo Cruzeiro dos Marcos*, a prática do chá santo nunca existiu.

As práticas religiosas ao Marco foram amplamente condenadas pelos veículos culturais do Estado, a partir dos escritos de Oswaldo de Souza, como sendo uma aberração histórica. O acadêmico se coloca como aquele que irá salvar o Marco Colonial, quando afirma: “procuramos, por todos os meios, acabar com essa obsessão religiosa, sobretudo para evitar tais cenas de vandalismo, pondo em perigo a integridade dessa valiosa relíquia do nosso passado histórico” (SOUZA, 1981, p. 19). Ao se referir aos devotos dessa forma, Oswaldo de Souza não se preocupou em conhecer a cultura do povo a quem chamou de vândalos. Ele não observou que, para descobrir o significado de um símbolo, é necessário aprofundar-se e conhecer a cultura que o criou.

Com isso, “desde a primeira inspeção que fizemos ao monumento, verificamos, logo, a conveniência de trazê-lo para Natal, onde tão valiosa relíquia histórica poderia ser admirado e preservado, de maneira adequada” (SOUZA, 1981, p. 20-21). A concepção apontada por Oswaldo de Souza nos inclina a perceber que o seu objetivo principal era retirar o Marco de Touros dos devotos e conduzi-lo para um lugar onde a pedra tivesse apenas conotação de patrimônio histórico. Partindo desse ponto de vista, ele enfatiza:

“com habilidade e paciência, íamos doutrinando o povo cada vez que ali aparecíamos” (SOUZA, 1981, p. 21). E na sequência dá a última cartada:

[...] em janeiro de 1969, quando ali estivemos, fizemos uma proposta aos moradores da vizinhança, como solução conciliatória para o impasse: - 1) IPHAN promoveria uma reprodução do Marco, e essa réplica substituiria o original que seria trazido para o Forte dos Reis Magos, em Natal: - 2) como compensação, oferecíamos, ainda, uma imagem do santo que o povo considerasse mais milagreiro, entronizando-o na atual capelinha, cujas obras determinais ficariam a cargo do IPHAN (SOUZA, 1981, p. 21).

Ao rejeitar as visões de mundo que as pessoas tinham sobre o Marco, Oswaldo de Souza, descaracterizou uma cultura que não era a sua. Ademais, foi além, ao sugerir que o povo que tinha o Marco como um Santo na *longa duração* esquecesse ou tirasse de suas memórias aquilo que consideravam sagrado e *transferisse* esses sentimentos para uma réplica do Marco, sem nenhuma conotação religiosa. Isso é querer arrancar aquilo que é mais valioso nas pessoas, isto é, suas identidades, suas raízes, e, sobretudo, seus valores culturais.

Ao final, do texto, o autor diz que o povo que cultuava o Marco estava em estágio cultural inferior ao padrão civilizado. Essa perspectiva de cultura trabalhada pelo presidente do IPHAN é uma visão etnocêntrica, pois não podemos utilizar métodos de comparação para definir aspectos culturais de uma sociedade heterogênea.

Estudos como esses ignoram a diversidade cultural das pessoas da Praia dos Marcos e demais comunidades. Assim, essa história trabalhada por Souza é considerada preconceituosa e excludente, posto que não considera as identidades das pessoas e, de forma hegemônica, procura tornar-se verdade imutável.

Entretanto, o Marco de Touros tem uma história mais rica do que a que está nos arcaibouços dos livros que consumimos como verdade, visto que esse monumento não representa somente um patrimônio histórico, mas, sobretudo, ele contempla vários aspectos, como o histórico, o cultural e o religioso.

Essas constituintes, são partes importantes que os intelectuais, ao discorrer sobre o Marco histórico, nublaram da real história do Marco de Touros, excluindo dessa forma as dimensões culturais que existiam por trás da pedra colonial. De acordo com *a Nova História Cultural*, o historiador deve engajar dentro dos acontecimentos com uma visão holística, pois, como bem diz Sandra Pensavento (2008), parafraseando Lynn Hunt, se a História é chamada de *Nova História Cultural*, é porque tem a ver com uma nova forma de a história trabalhar a cultura.

Nisso o Marco de Touros não pode ser visto apenas para escrever o histórico dos feitos da navegação portuguesa e nem como Patrimônio Histórico Nacional, como pensam os intelectuais, mas, também, para escrever a História de todos os sujeitos envolvidos nesse processo. Assim, escrever a história do Marco de Touros requer um olhar para uma *história vista de baixo*, uma vez que essa pedra está carregada de significados históricos, religiosos e culturais que não recebem a atenção necessária e, por isso, foram colocados

nos grilhões obscuros dos escritos fechados de parte de uma elite que escreveu para seus pares.

Nesse contexto, o Marco de Touros começou a representar símbolo de três dimensões: mágico-religiosa, histórico-patrimonial e como padrão de posse das terras *recém-descobertas*. No que se refere ao caráter religioso do Marco, era, para os moradores da Praia dos Marcos, de Cauã, Morros dos Paulos e Morros dos Martins, um símbolo sagrado de devoções; quanto ao segundo aspecto, o Marco representava para os intelectuais potiguares um valor de patrimônio histórico importante para a constituinte da identidade histórica norte-rio-grandense e do Brasil, ou seja, sem nenhum valor espiritual sagrado; já para os portugueses, um autêntico padrão de posse das terras *descobertas* nas grandes navegações ultramarinas.

Infelizmente, Oswaldo de Souza, movido por uma política que buscava retirar o Marco de Touros, possivelmente não compreendeu que, da mesma forma que o Marco era para ele um patrimônio histórico, esse mesmo Marco para o povo devoto era um símbolo sagrado. Por isso, sua presença na comunidade era de grande significância para manutenção do culto religioso.

Ao adentrar na historicidade do Marco, percebe-se que era mais conveniente para o IPHAN tirar o Marco de Touros do seu povo, sem se importar com as dimensões culturais religiosas, e dar ao Marco colonial português conotação de patrimônio histórico. Assim, o IPHAN, na pessoa de seu presidente Oswaldo de Souza, promoveu a retirada do Marco de Touros, no ano de 1974, para a Fortaleza dos reis Magos, em Natal, onde permanece até os dias atuais. “Um monumento, deslocado do seu universo histórico e social, está destinado ao esquecimento. A importância de mantê-lo no lugar de sua origem significa uma ligação entre o histórico e o social”. (SILVA, 1999, p. 11). Concordando com a referência acima, Roberto Azevedo indaga:

Assim, podemos perguntar até que ponto tantos tombamentos não terão efeito semelhante ao da destruição [...] Mas a conservam como os embalsamadores faziam. Separados da vida e do cotidiano pela gravidade que assumem ao serem declarados intocáveis, os prédios também morrem, embora de morte diferente que a provocada pelas picaretas (AZEVEDO, 1987, p. 80).

Mediante os aspectos elencados, percebemos que o Marco de Touros foi retirado da praia dos Marcos pelo IPHAN, por interesses exógenos, e não pelas práticas religiosas ao Marco. Por isso, destacamos que o principal interesse do IPHAN era escrever a História local e, com isso, fornecer ao povo potiguar argumentos concretos sobre a identidade histórica do Rio Grande do Norte a partir do tombamento do Marco de Touros.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das considerações finais, afirmamos que a proposta do trabalho foi evidenciar, através da *Nova História Cultural*, um aspecto colocado de maneira deformada na história

potiguar no que se refere ao Marco de Touros, qual seja, o aspecto religioso.

Ao fazer essa referência, foi necessário contextualizar como os portugueses faziam suas cerimônias de posse das terras *recém-descobertas* no período das Grandes Navegações. Nesse entendimento, constatamos que os lusitanos, diferentemente de outros europeus, faziam suas cerimônias de posse através do processo de *latitude*, bem como com marcos de pedras.

No que concerne ao processo de medição por *latitude*, esse era importante, pois servia de base para os demais navegadores poderem se localizar geograficamente no espaço com precisão. Já os marcos de pedras, por sua vez, atestavam provas materiais da presença portuguesa nas terras do *Novo Mundo*. Assim, para dar solidez à cerimônia de posse feita por Mestre João em 1500, em *Porto Seguro*, uma vez que essa cerimônia não era reconhecida pelos demais europeus, foi chantado na atual Praia dos Marcos, em 07 de agosto de 1501, o Marco que garantiria a posse da terra de Vera Cruz - Marco de Touros.

Dessa maneira, foi verificado que os boatos sobre a existência de cultos religiosos feitos pelos moradores da Praia dos Marcos, de Cauã, Morros dos Martins e Morros dos Paulos ao Marco de Touros – ou *Santo Cruzeiro dos Marcos*, como esses devotos o chamavam – de fato existiram, como as promessas, os ex-votos, as novenas, as romarias, as fitas-votivas, dentre outros. Possivelmente foram esses atos religiosos que protegeram o Marco de Touros durante muito tempo, até a sua remoção para Natal/RN, no ano de 1974, o que contraria a visão de Oswaldo de Souza, que, ao discorrer sobre o Marco de Touros, atribuiu aos devotos do Marco papel de *agressores do patrimônio histórico*. O artigo mostra ainda que, o ato de leva-lo para a Fortaleza dos Reis Mago, em Natal/RN, interferiu na mentalidade das pessoas que tinham o Marco como *santo de devoção*.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Roberto Marinho. **Algumas divagações sobre o conceito de tombamento**. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 22, Rio de Janeiro, p. 80-81, 1987.

BARROS, José D`Assunção. A História Cultural Francesa - Caminhos de Investigação. in: **FENIX- Revista de História e Estudos Culturais**. v. 2, n. 4, p. 1-17. Out/Nov/Dez, 2005. Disponível em: <<http://www.revistafenix.pro.br/PDF5/ARTIGO%201%20-%20JOSE%20BARROS.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

CASCUDO, Luis da Câmara. **O mais antigo Marco Colonial do Brasil**. Natal: Centro de Imprensa, 1934.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano: A essência das religiões**. [Tradução Rogério Fernandes]. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org). **Usos e abusos da história oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

LINEBAUGH, Peter; REDIKER, Marcus. **A história de muitas cabeças: marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário**. [Tradução Berilo Vargas]. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LIVRO-TOMBO. Nº 4. Paróquia do Bom Jesus dos Navegantes. Touros-RN, 2000.

MORAIS, Marcus César Cavalcante de; PETROVICH, Enélio Lima. **O Brasil nasceu juridicamente no Rio Grande do Norte**. Natal: Foco, 2007.

O'BRIEN, Patrícia. A história da cultura de Michel Foucault. in: HUNT, Lynn (Org). **A nova história cultural**. [Tradução Jefferson Luiz Camargo]. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PATRIOTA, Nilson. **Touros - uma cidade do Brasil**. Natal: Departamento de Imprensa, 2000.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SOUZA, Oswaldo Câmara de. **Acervo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Norte**. Natal: CERN, 1981.

SCHWARCZ, Lília Mortz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Ana Maria Castro da. **O Rio Grande do Norte na Rota das Grandes Navegações**. Natal, 1999.

SEED, Patrícia. **Cerimônias posse na conquista europeia do novo mundo**. [Tradução Lenita R. Esteves]. São Paulo: UNESP, 1999.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra; ALBUQUERQUE, José Geraldo de. **Subsídios para o Estudo da História do Rio Grande do Norte**. 2. Ed. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. História das Mentalidades e História Cultural. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África 114, 115, 117, 119, 123, 124, 129, 130, 163

Annales 9, 63, 96, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 124

Autoridade 1, 26, 28, 66, 129, 130

B

Bakuba 114, 117, 119, 120, 121

Baluba 114, 119, 120, 121

Biografia 61, 64, 70, 105, 111

Bonpland 58, 61, 62, 63

Brasil Industrial 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182

C

Casamento 1, 2, 3, 5, 6, 7, 10

Cidadania 7, 9, 28, 31, 66, 76, 81, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95

Colonização 7, 8, 1, 2, 13, 100, 105, 141, 142, 143, 151

Cultura Política 64, 65, 73

E

Eduardo Suplicy 7, 9, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94

Esquecimento 8, 44, 58, 59, 60, 61, 63, 75, 77, 83, 137

Europa 3, 23, 24, 25, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 51, 62, 81, 98, 99, 101, 108, 129, 130, 154, 155, 163

F

Fábrica 73, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 177, 181, 182

Família 1, 2, 5, 6, 10, 17, 50, 51, 55, 65, 91, 92, 121, 122, 148, 151, 161, 174

Famílias Livres 8, 12, 15, 18, 20

Frederick Starr 7, 9, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 124

G

Gastronomia 9, 153, 160, 163, 164

Gustavo Barroso 7, 8, 64, 68, 72

H

História 2, 7, 1, 10, 14, 21, 26, 49, 50, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 80, 82, 85, 86, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105,

106, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 116, 117, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 153, 154, 157, 159, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 177, 182, 183
Historicismo 9, 96, 97, 99, 102, 103, 109, 111

I

ideal ascético 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47
Identidade 9, 26, 30, 31, 64, 65, 68, 70, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 82, 83, 84, 94, 96, 105, 137, 140, 146, 150, 168, 170, 181
Iluminismo 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 154
Integração 8, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 52, 83, 89, 142
Intelectual 9, 49, 50, 55, 68, 69, 86, 87, 88, 89, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 101, 105, 107, 109, 110, 112, 127, 133, 134, 155, 161

L

Lei 7, 8, 6, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 61, 79, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 142, 148, 160, 168

M

Memória 7, 8, 8, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 83, 84, 85, 106, 153, 164, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Mestiçagem 1, 6, 7, 8, 9
Militares 32, 64, 68, 70, 81, 83, 148

N

Nacionalismo 7, 64, 67, 72, 151
Nada 6, 16, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 47, 48, 55, 122

O

Ocupação Territorial 12, 20, 141

P

Paracambi 7, 9, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 181, 182
Patrimônio 9, 13, 69, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 85, 116, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 177, 181
Pobres 7, 8, 12, 15, 16, 18, 20, 21, 89, 155, 156

Q

Querer 35, 38, 39, 40, 41, 47, 48, 136

R

Razão 4, 5, 36, 39, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 65, 73, 87, 94, 101, 155

Recife 7, 9, 12, 85, 153, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165

S

Senador 7, 9, 86, 87, 90, 91, 92, 93, 94

Sérgio Buarque de Holanda 7, 9, 96, 98, 99, 104, 105, 107, 108, 109, 110, 111, 112

Sociabilidades 9, 65, 86, 88, 124, 153, 160, 161, 162, 163, 164

Sociedade Civil 34, 49, 51, 53, 89

Sufrimento 7, 8, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47

T

Tempo 8, 2, 10, 14, 15, 21, 44, 51, 53, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 77, 97, 99, 101, 106, 107, 112, 117, 120, 126, 135, 138, 140, 150, 154, 158, 162, 168, 169, 170, 172, 173

Terras 7, 8, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 79, 98, 103, 115, 119, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 148, 149, 158, 169

Tolerância Religiosa 49

U

União Europeia 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34

V

Voltaire 7, 8, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Vontade 4, 27, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 99

 **Atena**
Editora

2 0 2 0